

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 027, DE 07 DE ABRIL DE 2016.**

Altera a Lei Municipal nº 1.095, de 22 de julho de 1999.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL**, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAZ SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

**L E I**

**Art. 1º** Fica alterado o art. 26 da Lei Municipal nº 1.095, de 22 de julho de 1999, qua passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26. São criadas as seguintes funções gratificadas, específicas do Magistério:

Quantidade	Denominação	Código
9	Diretor de Escola com até 250 alunos	FG 01
2	Assessor Técnico Pedagógico	FG 01
11	Vice-Diretor de Escola com mais de 250 alunos	FG 02
11	Diretor de Escola com mais de 250 alunos	FG 03
6	Supervisor Pedagógico	FG 04

**Art. 2º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 07 de abril de 2016.

**SÉRGIO MUNHOZ**  
Prefeito Municipal

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.**

**NATÁLIA SOUZA ROSENAU**  
Secretária da Administração

**Publicada em** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Estamos encaminhando a esta Egrégia Câmara, o Projeto de Lei Municipal nº 027, de 07 de abril de 2016, que: ***"Altera a Lei Municipal nº 1.095, de 22 de julho de 1999.***

O projeto de Lei tem a finalidade de criar três vagas de Fgs, 2 de Diretor e 1 de Vice-diretor. Ainda, ficará alterada a denominação de responsável de escola, que passará a vigorar como Diretor de Escola com até 250 alunos, assim como, os Fgs de Diretor de Escola e Vice-diretor de Escola, passará a constar ao final de sua denominação o seguinte: “com mais de 250 alunos”.

O aumento do número destes Fgs são extremamente necessários em razão do aumento de escolas e da demanda na educação básica, em cumprimento ao Plano Municipal de Educação, os quais necessitarão de servidores que possam estar a frente destas instituições de ensino.

É de se ressaltar que foi efetivado impacto orçamentário-financeiro, nos termos dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000, sendo que a despesa não afeta os resultados nominais e primários, fixados respectivamente para o exercício de 2016.

Sendo assim, e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

**SÉRGIO MUNHOZ**  
Prefeito Municipal